

Blumenau em Cadernos



TOMO XVII

Março de 1976

No. 3

CANTO DOS COOPERADORES

**Esta publicação pode sobreviver
graças à generosa contribuição dos
seguintes cooperadores**

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A. - Blumenau
Tabacos Blumenau S/A. - Blumenau
Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau
Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau
Artur Fouquet - Blumenau
Georg Traeger - Blumenau
Electro Aço Altona S/A. - Blumenau
Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau
Felix Hauer - Curitiba
Conrado Ildefonso Sauer - Rio de Janeiro
Fritz Kuehnrich - Blumenau
Armen Mamigonian - Presidente Prudente S. P.
Companhia Industrial Schlösser S/A. - Brusque
Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau
Malharia Blumenau S/A. - Blumenau
Consulado Alemão - Blumenau
Tipografia Centenário Ltda. - Blumenau
Transportadora Blumenauense Ltda. - Blumenau
Fundação Teófilo Zadrozny - Blumenau

Bluménau

em Ladernos

TOMO XVII

MARÇO DE 1976

Nº. 3

PEQUENA HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DE BLUMENAU — 1850-1883

Dr. Paulo Malta Ferraz

CAPÍTULO I

Pródromos da Colonização na Alemanha

No decorrer do século XIX, incessante e intensa foi a imigração das populações alemãs para os países livres da América. Com o auxílio da história do grande século fácil se torna apontar as causas desse fato, porque o fenômeno da imigração é, em última análise, um dos reflexos do desajustamento social. É, de fato, na Europa de então, foram os povos germânicos talvez os que mais sofreram esse desajustamento por causa da grande instabilidade política em que permaneceram durante quase toda a última centúria.

Devem-se considerar, de início, os anos de sujeição dos pequenos estados alemães ao poderio de Napoleão I e as consequentes modificações profundas de sua organização social. Esta situação ainda mais se agravou, quando, vencido o grande Corso, o Congresso de Viena de 1815, sem atender às soberanias históricas, aos direitos antigos e às conveniências religiosas, mas, preocupado apenas em restaurar o passado, instituiu a Confederação Germânica composta de reinos, ducados, principados e cidades livres, governados pela Dieta sob a presidência da Áustria e com sede em Frankfort-sobre-o-Meno. Co-

mo era natural, reis, duques e príncipes ao serem repostos em seus antigos domínios, logo se esqueceram do compromisso assumido perante aquele Congresso, de outorgarem constituições liberais aos seus estados. Em regra governantes e representantes da nobreza o que fizeram então, foi restabelecer, em toda a sua plenitude, o regime absolutista. Revigoraram leis e costumes medievais, já então inaceitáveis pelos seus súditos. No norte da Alemanha, apenas um estado cumpriu as promessas liberais do Congresso de Viena: o pequeno grão ducado de Saxe-Weimar, pelo seu soberano Carlos Augusto. Na Prússia, na Saxônia, no Hanover, em Cassel, no Holstein e em Oldenburg, os soberanos, garantidos pelo princípio da intervenção aceito pela Santa Aliança e sem auscultar aos reclamos da população, restabeleceram quase por completo os privilégios feudais e o seu poder absoluto.

Para combater esse intolerante e insuportável reacionarismo, em Jena em 1816, uma Burschenschaft, criada sob a inspiração daquela que, anos antes, Pichte fundara em Berlim para combater o domínio francês. Apaixonados pelas idéias liberais e ardentes no seu entusiasmo de moços, os estudantes fundaram idênticas associações em todas as universidades alemãs, que exerceram papel de relevo no combate ao absolutismo e na propaganda constitucional. Apesar de todas as perseguições, o espírito liberal continuou a sua luta contra os governos absolutos, cujo prestígio só começou a declinar após a revolução de julho de 1830 na França, que teve graves repercussões nos estados germânicos, como por exemplo, no ducado de Brunswick, cujo soberano foi expulso. A aceitação, aliás reduzida ao mínimo, dos princípios liberais por parte da Prússia e demais estados teutos, porém, só se verificou ao preço de muitos sacrifícios, em consequência da revolução gaulesa de fevereiro de 1848. Cumpre, aliás, assinalar que, na segunda metade do século, os princípios liberais foram de novo postergados pelo governo forte da Prússia, então em luta pela sua hegemonia entre os estados teutos e, em seguida, pela unificação da Alemanha sob sua direção.

Não há negar, pois, que esse período de lutas contra o reacionarismo, convulsionando a estrutura social dos estados alemães, traduzia-se, em todas as camadas da população, por um incontido anseio de evasão dos pequeninos países oprimidos.

Mas, além das guerras e lutas políticas, outras causas concorriam para intensificar a imigração alemã.

Em primeiro lugar, o excessivo crescimento da população de modo desproporcional ao desenvolvimento dos meios de produção, estabelecia uma situação deveras inquietante.

A falta de unidade político-administrativa, por exemplo, foi dos seus fatores mais importantes, porque os pequenos estados para suportarem os encargos da administração, sujeitavam seus súditos a exorbitantes impostos. Demais, as barreiras alfandegárias entre os numerosos estados germânicos, antes da instituição e completo desenvolvimento do Zollverein,—união aduaneira baseada na percepção de direitos em comum e distribuição proporcional à população dos estados associados,—como é óbvio, entravavam o desenvolvimento do comércio externo, agravando o pauperismo naquela região européia.

Outra razão merece ser ponderada: a grande propriedade concentrada nas mãos das classes aristocráticas e protegidas, na órbita jurídica, pelos privilégios medievais então revigorados, colocava o camponês em situação econômica precária.

Por vezes, em consequência de más colheitas, como informa Hans Gehse, “principalmente na Badênia e no Palatinado, a fome forçava milhares de sítiantes alemães a imigram, tornando-se uma presa fácil de agentes estrangeiros” (1).

Não se deve, também, esquecer a fascinação que sob o homem médio europeu do século XIX, exerciam as fabulosas notícias das incontáveis riquezas dos países do novo continente, divulgadas com intuito de evidente exagero pelos agentes de emigração dos vários países.

Era este o panorama social dos estados germânicos, no segundo quartel do século XIX.

Quando em 1844, o moço Hermann Bruno Otto Blumenau ingressou no curso de filosofia da Universidade de Erlangen, por certo, já voltara sua inteligência privilegiada para o problema da emigração. Pelo natural pendor do seu espírito, pode-se bem compreender que Hermann Blumenau não ficou alheio a este, como a tantos outros aspectos da vida política e social dos estados alemães. É de supor-se, ainda, que a sua vocação para a árdua tarefa de colonizador foi estimu-

lada pela sua convivência, em Erfurt, com o sábio Alexandre von Humboldt, que aliás exercera notável influência na política da Prússia, e com o então estudante Fritz Müller, aos quais conhecera na residência de Hermann Trommsdorff, proprietário do estabelecimento de indústrias químicas onde trabalhava (2).

Durante o período de estudos, aumentou sempre o interesse de Hermann Blumenau pelo problema migratório. Por essa época, estudou as causas, vantagens e inconvenientes da então mais forte corrente emigratória alemã para os Estados Unidos da América do Norte. Aliás, já em princípios de 1844, conhecera em Londres, onde fora a serviço da fábrica de Trommsdorff, ao cônsul geral do Brasil na Prússia, João Sturz, que lhe falara longamente sobre as vantagens de se dirigir para a nossa terra um grande contingente de imigrantes alemães (3). Ainda estudante, Blumenau entabou relações de negócios com os dirigentes da Sociedade de Proteção aos imigrantes alemães, sediada em Hamburgo, que tinha também por escopo o desenvolvimento da emigração alemã para os países latino-americanos, com especialidade para o Brasil, onde, desde 1824, se iniciara, sob bons auspícios, a colonização teuta. Quando aquela sociedade necessitou de um agente para vir inspecionar as colônias teutas existentes nos estados sulinos do Brasil e estudar as possibilidades de novos estabelecimentos, Blumenau obteve com facilidade ser contratado para este fim. A Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães concedeu-lhe, então, o ordenado de Rs. 200\$000, mensais, além de pagar-lhe todas as despesas de viagem e permanência no Brasil (4). A oportunidade não podia ser mais tentadora. Sôfrego de vera estar o jovem Blumenau, pois, tendo colado grau de doutor em filosofia aos 23 de Março de 1846, menos de um mês após, embarcava para o Brasil a bordo do veleiro "Johannes" (5).

Decidira-se, afinal, o seu destino.

Naquela longínqua noite primaveril quando subia ao convés do veleiro "Johannes", talvez com o pensamento e o coração voltados para os seus velhos pais que deixara saudosos, em Hasselfelde, o jovem doutor não podia sequer imaginar que se decidia, naquele instante, a sorte de sua existência.

A terra misteriosa e remota que o aguardava lá longe, no outro lado do oceano, sob a claridade do Cruzeiro do Sul, havia de prendê-lo para sempre...

Àquele país tão belo e tão desconhecido, iria sacrificar todo o ardor de sua mocidade idealista, todas as energias de seu corpo e de sua inteligência, na maturidade da vida e os sábios ensinamentos de sua experiência, na velhice. E o seu próprio nome—quem o poderia prever naquela hora!—haveria de ficar para a eternidade como designativo de um recanto amorável do Brasil, — pátria verdadeira do seu coração a qual saberia, como poucos, honrar e engrandecer!

N O B R A S I L

Só depois de nossa emancipação política, foi que se iniciou no Brasil a colonização por imigrantes alemães. Verdade é que em 1818, fora fundada Nova Friburgo, no Estado do Rio, com a imigração heterogênea de suíços, alemães e franceses. Mas, a data de 25 de Julho de 1824 que recorda a localização dos primeiros 43 alemães em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, é a que marca, na realidade, o começo da colonização germânica em terras brasileiras. Em Santa Catarina, porém, somente em 1829 estabeleceram-se os primeiros colonos teutos, à margem esquerda do Imaruí cinco léguas distantes de São José, na colônia denominada São Pedro de Alcântara.

A inspeção dessas colônias, e verificação do exato nível de vida dos colonos e a possibilidade de aproveitamento dessa região brasileira para localização de maior número de imigrantes germânicos, foram os objetivos primaciais da viagem do dr. Hermann Blumenau.

Chegando ao Brasil em Junho de 1846, fez dr. Blumenau uma rápida visita ao interior do Estado do Rio Grande do Sul, seguindo logo após para o Rio de Janeiro, onde, para tratar dos interesses da “Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães”, permaneceu cerca de oito meses. Em abril de 1847, vem pela primeira vez a Santa Catarina, visitando a colônia de São Pedro de Alcântara, que apesar da aridez do terreno florescera e prosperara.

Nessa ocasião, no intuito de conhecer melhor a terra catarinense e escolher uma região propícia à localização de novos imigrantes, pretende percorrer o vale do Itajaí, não o conseguindo, segundo informa Ferreira da Silva (6), por ter adoecido ao chegar à freguesia do Santíssimo Sacramento (Itajaí) o que o obrigou a voltar à capital do Estado. Não arrefeceu, po-

rém, o seu intento de conhecer o rico vale do Itajaí-açu. Prosseguiu nos seus trabalhos de inspeção e, somente em princípios de 1848, iniciou a subida do Itajaí-açu, já então na companhia do seu patricio Fernando Hackradt e guiado pelo caboclo Ângelo Dias, corajoso canoieiro, acostumado à navegação do caudaloso rio.

Seguiram os três até a confluência do ribeirão Velha, onde, pela primeira vez, acamparam às margens do Itajaí-açu. Daí em diante, prossegue o dr. Blumenau a sua expedição, apenas em companhia do caboclo Ângelo Dias. É que, encantado diante da beleza excepcional destas paragens aqui resolvera fixar o ponto inicial da futura colônia, tanto que, antes de continuar sua exploração rio acima, incumbe o seu companheiro Hackradt de explorar o curso próximo e as margens de todos os afluentes do Itajaí-açu, desde o Garcia até o Itoupava.

Quando, de novo, se reuniu na foz do Velha ao seu amigo Fernando Hackradt, percorrera o dr. Blumenau o curso do Itajaí até encontrar o ribeirão Subida, e, seguindo pelo Benedito, até a confluência do rio dos Cedros.

A beleza indizível do vale que acabara de percorrer, deixara-o deslumbrado. Meses após, em carta a seus pais, ainda escrevia sobre essas paragens, com entusiasmo:

“Estou sobretudo encantado com a magestática solidão, com o ar quente e agradável, com o azul puríssimo do céu. Foram dois dias magníficos os que lá passei, no silêncio onde jamais gente civilizada puzera pé. Ainda hoje, depois de três meses, sinto-me arrebatado pela solidão das florestas, pela lembrança de nelas ter estado, estático, pisando lugares que são o que eram há milênios” (7).

Aos seus olhos ofuscados pelo esplendor da natureza, porém, observadores e argutos, não passou despercebida a riqueza inestimável da terra prodigiosamente fértil, escondida pela mata virgem e misteriosa, intrincada e hostil. Tanto assim que, desde então, resolveu obter a permissão do governo para colonizar essas terras.

Firme em sua resolução, segue o dr. Blumenau para a cidade de Desterro, onde requer aos 16 de Março daquele mesmo ano, em nome da Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães, a aprovação de um projeto de introdução de imigrantes e o estabelecimento de colônias agrícolas nessa região.

Interessante é notar que, nesse requerimento, o dr. Hermann Blumenau, depois de várias considerações sobre as vantagens do seu projeto, friza que a referida sociedade repudia energicamente “a imputação de prosseguir uma mera especulação pecuniária para enriquecer-se à custa do Império e dos emigrados e tem a consciência de ter estabelecido as suas propostas nos princípios da mais estrita e pura retidão e equidade” (8).

Entre as disposições do referido projeto, algumas há merecedoras de referência especial, pois revelam a visão esclarecida do dr. Blumenau, a nobreza de seus propósitos.

Assim, logo no artigo 5º, estabelecia a proposta que:

“Os colonos, logo que entrarem na posse de qualquer porção de terras, que lhes for destinada por distribuição ou por compra, que fizerem à companhia, serão ipso facto considerados cidadãos brasileiros naturalizados” (9).

Aqueles colonos que não possuíssem propriedades, mas que desejassem adquirir a nacionalidade brasileira, podê-lo-iam fazer, conforme preceituava o artigo 6º do citado projeto, mediante simples declaração perante o Juiz de Paz, depois de completar um mês de residência no distrito.

Poder-se-ia criticar por demasiado simples a modalidade de naturalização adotada pelo projeto, mas não se pode negar o elevado alcance social e político desta providência que, pelos seus efeitos legais, concorreria para melhor e mais rápida assimilação social do alienígena que aqui viesse trabalhar. Esta disposição do projeto, vem demonstrar mais uma vez que ao pensar na colonização do Vale do Itajaí, o dr. Blumenau não teve em mira apenas promover aos imigrantes um meio de vida melhor e mais fácil, mas, sobretudo, integrá-los definitivamente no seio da comunidade brasileira, dando-lhes uma nova pátria, maior, mais rica e mais livre.

Homem de formação moral elevada e rigorosa, não esquece o dr. Blumenau de reservar, no artigo 10º do seu projeto o direito de poderem os agentes da companhia colonizadora, expulsar do seu território todo aquele que “por sua notória imoralidade ou por sua índole rixosa perturbar a paz das colônias e com seu procedimento ameaçar a moralidade dos colonos” (10).

O nobre caráter do dr. Hermann Blumenau e o seu conhecimento dos efeitos desastrosos do trabalho escravo, le-

vam-no a dispor no artigo 12º a expressa e completa proibição da entrada de escravos nas terras coloniais.

Minucioso e atento a tudo que possa contribuir para o êxito do seu empreendimento, o dr. Blumenau faz consignar no artigo 8º da mencionada proposta, que seria assegurada aos colonos plena liberdade religiosa e até a de casarem entre as diferentes confissões.

A proposta era, sem dúvida, muito arrojada. Obrigava-se a companhia proponemente a fazer vir para a Província, mil e quinhentos colonos nos dois anos seguintes à sua aprovação e, pelo menos mil por ano nos que se seguissem; de sorte que, no décimo ano, contasse a colônia com a população de pelo menos dez mil pessoas.

Esta proposta, porém, apesar de suas tão boas disposições jamais chegou a vigorar.

A Comissão de Colonização da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, entusiasmou-se pela proposta do dr. Blumenau e, em seu parecer de 3 de Abril de 1848, depois de tecer-lhe francos elogios, conclue "que se adote o projeto, legislando esta assembléia sobre o que pode legislar, dirigindo-se porém, à Assembléia Geral pedindo-lhe a aprovação daquelas disposições do projeto, que só a ela pertencem, por estar fora das atribuições da Assembléia Provincial" (11). Assim, nos termos do parecer, a comissão apresentou uma resolução à Assembléia Legislativa Provincial e uma Representação aos Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação Brasileira, as quais aprovadas pela Assembléia Provincial, subiram à sanção do Presidente da Província.

O marechal Antero José Ferreira de Brito, então Presidente da Província de Santa Catarina, porém, ao estudar o projeto de resolução, verifica estar pouco explícito especialmente quanto às obrigações a que ficava sujeita a companhia colonizadora, de vez que não especificava o alcance exato da revogação da lei provincial número 49 de 15 de Junho de 1846 que até então, regulava a matéria. Por esse motivo, o Presidente devolveu o projeto de resolução à Assembléia Provincial, onde foi submetido a novos e longos debates e estudado por uma comissão especial. O deputado José Bonifácio Caldeira d'Andrada chefiou, então, o movimento de oposição ao projeto apresentado pelo dr. Blumenau, principalmente por julgá-lo

muito prejudicial aos cofres nacionais, porque obrigava o Governo ao pagamento de Rs. 2\$000 por colono que se estabelecesse na colônia nos dez primeiros anos. O resultado dessa nova discussão sobre a proposta do dr. Blumenau, foi que, a Assembléia Legislativa Provincial não a aprovou nos termos em que fora apresentada. Mas, em officio datado de 2-5-1848, que a Mesa da Assembléia dirigiu ao Presidente da Província, comunicando a rejeição do projeto proposto pelo dr. Blumenau como representante da Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães, consta a seguinte autorização: "E julgando a mesma Assembléia que V. Excia. pelas disposições dos Decretos Provinciais número 49 de 15 de Janeiro de 1836, e número 79 de 2 de Maio de 1839, está autorizado a entrar em contacto com qualquer particular, ou companhia que empreenda a colonização na Província; espera que V. Exc. o fará com o sobredito Blumenau; instruindo-a na sua futura reunião de quaisquer modificações ou alterações que seja preciso fazer-se nos indicados decretos, para que o contrato se conclua" (12).

Estava o negócio nesse ponto, quando recebe o dr. Blumenau uma notícia surpreendente e perturbadora: dissolvera-se, em Hamburgo, a Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães.

O momento era decisivo. A decisão, grave e difficil. Mas, Blumenau não hesitou. A sua vocação de colonizador não lhe deixava alternativas: prosseguiria na empresa. Conversou então longamente, sobre o assunto, com seu amigo Fernando Hackradt a quem se associou, formando a sociedade "Blumenau & Hackradt", em cujo nome, no mês de Junho de 1848, consegue permissão do presidente Antero José Ferreira de Brito para demarcar e medir dois distritos de colônia, à margem direita do rio Itajaí-açu (13).

Entre os dois sócios, efetuam-se as combinações necessárias ao bom andamento da empresa. Hackradt continuara à margem da confluência do ribeirão da Velha, preparando as indispensáveis instalações, enquanto o dr. Blumenau segue para o Rio de Janeiro e, em seguida, para a Alemanha, a fim de recrutar os primeiros imigrantes para a nova colônia.

Chegando ao Rio de Janeiro em Julho desse mesmo ano o dr. Blumenau dirige ao Ministério Imperial do Brasil, longa petição solicitando algumas concessões e garantias para a sua colônia. Nessa petição desenvolve uma série de racio-

cínios sobre a indeclinável necessidade de ser apoiada pelo Governo Imperial a imigração regular alemã para a nossa Pátria. Desse requerimento, flue claramente o ardor e o entusiasmo de que se achava possuído o dr. Blumenau pelo seu empreendimento. Revela, também, pelas considerações preliminares, como conhecia de perto e sob todos os seus aspectos o problema da imigração alemã. Mostra, enfim, com acerto, que, se não houver apoio suficiente do Governo Imperial Brasileiro, as correntes emigratórias alemãs se dirigirão de preferência para os Estados Unidos da América do Norte, países do Rio da Prata e Chile.

Eram os seguintes os privilégios e concessões que o dr. Blumenau solicitava nesse requerimento:

1) — concessão de um empréstimo sem juros, de cinquenta contos de réis, por dez anos;

2) — isenção, pelo prazo de dez anos, do pagamento da sisa, imposto sobre transmissão de propriedade, tanto nas compras das terras feitas a particulares, como nas vendas ou distribuições feitas aos colonos alemães;

3) — isenção, pelo mesmo prazo, dos direitos de ancoragem para os navios que trouxessem mais de cinquenta colonos engajados por ordem do próprio Blumenau;

4) — isenção dos direitos de importação para as bagagens, livros, utensílios de ofício e de lavoura pertencentes aos colonos;

5) — isenção das custas pelo visto consular brasileiro nos passaportes dos colonos;

6) — permissão de poderem os colonos desembarcar no ancoradouro mais próximo à colônia;

7) — aprovação e sanção de um regulamento especial para o regime interno das diversas colônias e determinação da posição política e social dos colonos no país (14).

Não esperou, porém, o dr. Blumenau que fosse deferido o seu pedido de concessões e privilégios, mas, animado pelas perspectivas de um bom futuro para a sua empresa colonizadora, partiu em Setembro daquele mesmo ano, para a Alemanha, a fim de promover a vinda dos primeiros colonos para as margens do rio Itajaí-açu. A tarefa não era fácil. Exigia ânimo forte e perseverança, o dr. Blumenau bem o sabia. Mas,

não era de seu feitio moral, deixar-se alquebrar diante dos obstáculos. Havia de vencer, de suplantar as dificuldades e trazer, em futuro próximo, para as margens verdejantes do Itajaí-açu, homens robustos e decididos que seriam os colaboradores anônimos, mas dedicados e perseverantes, da ousada e espinhosa tarefa que decidira realizar.

CAPÍTULO II

A Fundação de Blumenau

Chegando à Alemanha em Novembro de 1848, o dr. Hermann Blumenau logo iniciou o trabalho de propaganda em prol da emigração de seus compatriotas para o Brasil.

Se no Rio de Janeiro encontrara alguns dedicados amigos que muito o auxiliaram no seu propósito, como Hermann Schroeder, cônsul da cidade livre de Hamburgo, Leo von Thoremim, cônsul prussiano, e os irmãos Roberto, Alexandre e Luiz Avé, Lallemand, na Europa encontrava-se completamente desamparado. Apesar de todo o seu entusiasmo pela colonização no sul do Brasil, não obstante o ardor com que discorria sobre as vantagens da colonização de sua colônia, poucos, bem poucos o apoiavam e estimulavam a prosseguir na sua empresa. Não é, aliás, de estranhar que ele só encontrasse objeções às suas idéias e indiferença para o seu projeto, porquanto o Brasil era então quasi inteiramente desconhecido dos europeus. Além de desconhecido, militava contra a emigração alemã para o Brasil, o velho preconceito bem europeu contra o tão caluniado clima tropical ou sub-tropical. Basta dizer que, até no círculo de sua família, o dr. Blumenau encontrou oposição às suas idéias. Seus velhos pais, desde a sua primeira viagem ao nosso país como representante da Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães, opunham-se às suas intenções de se estabelecer para sempre no Brasil. Só agora, depois que voltara deslumbrado com as possibilidades de fundar a nova colônia às margens do Itajaí, conseguira o beneplácito de seus progenitores para a realização de seu ambicionado projeto (15).

Demais, os agentes de emigração de outros países americanos, especialmente os dos Estados Unidos da América do Norte, sempre que podiam, procuravam criar na Alemanha um ambiente desfavorável à emigração para o Brasil. Entre

esses agentes alguns não se pejavam de assacar contra o nosso país os piores baldões, como por exemplo, um tal Eduardo Teodor Boesche, que publicara um livro de memórias em 1836, no qual criticava e ridicularizava, de maneira irritante, a nossa gente e a nossa pátria (16).

Mas, nenhuma dessas dificuldades abalou o ânimo varonil do dr. Blumenau. Em palestra entre amigos e pela imprensa, ele não perdia ocasião para mostrar que o sul do Brasil oferecia condições vantajosas aos alemães que desejassem emigrar. E, no início de 1850, publicou em Rudolstadt o seu livro "Sued-Brasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation", em que explana as suas idéias e refuta as acusações levantadas pelos agentes de emigração contra o Brasil.

Nesse livro, ao qual procurou dar a maior divulgação possível em todos os meios sociais alemães, o dr. Blumenau, após discorrer minuciosamente sobre as reais condições climáticas do Brasil, desfaz a balela da inadaptação do homem germânico ao nosso meio, afirmando, baseado na própria experiência, que:

"O clima e as condições do planalto do sul do Brasil, desde a serra do Grão Mogol, em Minas, até a fronteira oeste do Rio Grande, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, são as mais favoráveis para o organismo dos emigrantes alemães" (17).

E, na sua linguagem franca e convincente, porque sincera, prossegue dr. Blumenau:

"Os incômodos que acometem aos emigrantes antes que se aclimatem ao novo ambiente, tais como, eczemas, dores de cabeça, sensação de fadiga, passam, em geral muito depressa. Aliás, eu estou convencido de que o colono alemão pode dedicar-se à agricultura, mesmo junto ao equador, desde que a região seja salubre e ele não abandone certas medidas tendentes a proteger sua saúde" (18).

Certo é, porém, que graças à própria e indomável tenacidade, quando em Março de 1850 embarcou em Hamburgo, de regresso ao Brasil, o dr. Hermann Blumenau trazia a certeza de que dentro em breve embarcariam para a sua colônia os primeiros dezeseite imigrantes. Entre os referidos imigran-

tes, encontrava-se o seu sobrinho Reinhold Gaertner, a quem o dr. Blumenau confiara o encargo de conduzir o grupo de pioneiros até Santa Catarina.

De fato, em Agosto desse mesmo ano, chegavam ao Desterro, a bordo do veleiro "Christian Mathias Schroeder", os seguintes colonos alemães: Reinhold Gaertner, Franz Sallen-thien, Paul Kellner, Julius Ritscher, Wilhelm Friedenreich, sua mulher Mina e duas filhas menores Clara e Alma, Daniel Pfafendorf, Friedrich Geier, Friedrich Riemer, Erich Hoffmann, Andreas Boettcher e Andreas Kuhlmann, sua mulher Johanna e as filhas Maria e Christine.

Poucos dias após, aquela primeira leva de imigrantes chegava a Itajaí, de onde iniciou a subida do Itajaí-açu até Belchior em uma espécie de balsa improvisada (19). Fernando Hackradt, que ali esperava os imigrantes, encarregou-se de levá-los em canoas, até a confluência do ribeirão Velha, onde os hospedou em sua própria casa e em pequenos ranchos próximos, que construira especialmente para tal fim (20).

Naquele dia, o calendário marcava: 2 de setembro de 1850.

A colônia de Blumenau estava fundada.

CAPÍTULO III

Os Primeiros Anos — (1850-1860)

Pode-se denominar, sem exagero, de heróicos e dramáticos, os primeiros anos da colonização de Blumenau.

Quando de seu regresso da Europa, constatou o dr. Blumenau que seu sócio, Fernando Hackradt bem pouco fizera durante a sua ausência em benefício da empresa. Na confluência do ribeirão da Velha, apenas havia: uma casa para moradia, pequenos ranchos mal construídos em torno e um engenho de serra, mal colocado e quase imprestável. Fernando Hackradt, aliás, prevendo toda a extensão de martírios e sofrimentos que lhe exigiria a tarefa de colonizar, deliberara retirar-se da empresa. De fato, logo no dia 15 de Outubro de 1850 (21), os dois sócios desfizeram, amigavelmente, a sociedade, tendo Hackradt ido fixar-se na capital da Província.

Com os poucos recursos financeiros ainda mais des-

falcados em virtude da retirada do sócio Fernando Hackradt, mas com o ânimo corajoso e decidido, o dr. Blumenau iniciou os trabalhos de colonização, com o auxílio de seus denodados companheiros recém-chegados.

A tarefa era por demais árdua para tão poucos trabalhadores. Eis por que os trabalhos da colônia progrediram lentamente e somente em Agosto de 1852 foram distribuídos os 12 primeiros lotes coloniais, à margem do Garcia.

Nos primeiros meses, a abertura de clareiras e picadas através da densa floresta e o preparo do terreno para a plantação, absorveram todas as energias dos colonos. Depois, os trabalhos de plantio das roças alternaram-se com os de medição de terras e construção de um prédio bastante amplo para servir de abrigo provisório aos futuros imigrantes.

Em meados de 1851 a situação da colônia agravou-se sobremaneira. Os víveres estavam cada vez mais caros e escassos e a produção da colônia, quase nula. O dr. Blumenau, porém, apesar da exiguidade de seus recursos, tinha de sustentar os seus colonos que eram quase todos muito pobres. Vendo-se em posição insustentável por mais tempo, o dr. Blumenau deixou seu sobrinho à frente dos negócios da colônia e seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de obter meios para melhorar a situação de sua empresa. A sua viagem ao Rio, teve êxito, pois além do apoio financeiro de alguns amigos, conseguiu que o Governo Imperial lhe adiantasse a quantia de Rs. 10:000\$000, o que representava um grande benefício (22). Assim, pôde o dr. Blumenau, ainda em 1851, receber e hospedar mais oito imigrantes (23) e continuar os seus pesados trabalhos de desbravamento da zona e demarcação das terras. A situação das colônias melhorara bastante, tanto que, em meados do ano de 1852, já o dr. Blumenau podia comunicar para o Governo Provincial, que estava quase pronto o edifício para o abrigo dos colonos, com capacidade para hospedar oitenta pessoas (24). Algumas plantações desenvolviam-se de maneira satisfatória e por isso o dr. Blumenau, jubiloso, informava no citado relatório:

“A cultura do fumo promete na colônia, agora, bem fundadas esperanças de sucesso. Os dois homens que se dedicaram a este trabalho e ao fabrico de charutos colheram folhas bastantes para 45 até 50 mil charutos e estão, neste momento, ocupadíssimos com o fabrico dos mesmos. Principiaram, porém,

muito tarde o preparo das terras e contam que no presente ano, hão de colher das terras folhas para cem mil charutos pelo menos" (25).

O dia 28 de Agosto de 1852 assinala na vida da colônia um acontecimento de grande relevo. Naquele dia, doze famílias tomaram posse dos doze primeiros lotes coloniais, demarcados à margem direita do rio Garcia (26). Entre os que adquiriram, então, lotes no Garcia, encontravam-se os seguintes: dr. Fritz Müller e seu irmão August, o marceneiro Kaspar Hahn, o sapateiro Friedrich Seifer, o padeiro Augusto Hesse, o ferreiro Carl Spiesse e os colonos Johann Gebien, Heinrich Erhardt, Andreas Klinger, Christian Josiger, Christian Hahnemann e Heinrich Leuthäuser (27).

No decorrer do segundo semestre de 1852, a população da colônia foi acrescida pela chegada de numerosos imigrantes. A população total elevou-se, em princípios de 1853, a 104 pessoas. Mas, o aumento da população da colônia não foi apenas quantitativa. Alguns dos novos colonos, praticavam ofícios e profissões muito necessários ao desenvolvimento da fundação. O dr. Blumenau, ao relatar ao Governo as atividades da colônia, informava, aliás com justa satisfação, já se terem ali estabelecidos: um médico, um professor formado, um jardineiro formado no jardim botânico da Universidade de Berlim, um veterinário prático e vendeiro, um ferreiro, um espingardeiro, um torneiro, dois alfaiates, dois sapateiros, um pedreiro-escultor, um cavouqueiro, três marceneiros, um construtor de engenho, um moleiro, dois carpinteiros e um tanoeiro (28). Mas, todos sem exceção alguma, acrescentava dr. Blumenau, trabalhavam na lavoura e simultaneamente nos seus ofícios e profissões (29).

Apesar do tempo bastante chuvoso em fins de 1852, informa o fundador da colônia, os colonos "dedicaram-se ao trabalho com energia e perseverança, de maneira que já tem roças extensas plantadas e a plantar nos meses próximos (30).

O progresso da colônia durante esse ano fora bem razoável. Instalaram-se um engenho de açúcar e aguardente, outro de farinha de mandioca e estava em construção mais um de açúcar. Fabricaram-se, também, muitas pedras de amolar, que alcançaram bons preços. Os colonos produziram, ainda, vinagres e diversos licores. A lavoura progredira bastante. As roças instaladas ocupavam área bastante extensa. As últimas

colheitas, principalmente de batata inglesa e feijão, foram tão abundantes que alguns colonos puderam vender parte da safra. O milho, a mandioca, o aipim e os legumes, foram também plantados em quantidade suficiente para imediato consumo dos colonos. Mas, a cana de açúcar era, sem dúvida, a lavoura mais cultivada, tanto que, a safra de 1852, produziu 24 barricas de açúcar e três ou quatro de aguardente. Alguns colonos iniciaram, então, o plantio de cafeeiros. Plantava-se também, mamona, de cuja semente se fabricava azeite bastante para o consumo da colônia (31). Dedicado e diligente, não se esqueceu o dr. Blumenau de distribuir aos colonos raízes e plantas úteis, bem como mudas de árvores frutíferas do país. Desse modo, não lhes faltaram algodão, gengibre, laranjeiras, goiabeiras, pessegueiros, etc (32).



Chegada dos primeiros colonos à Blumenau em 1850

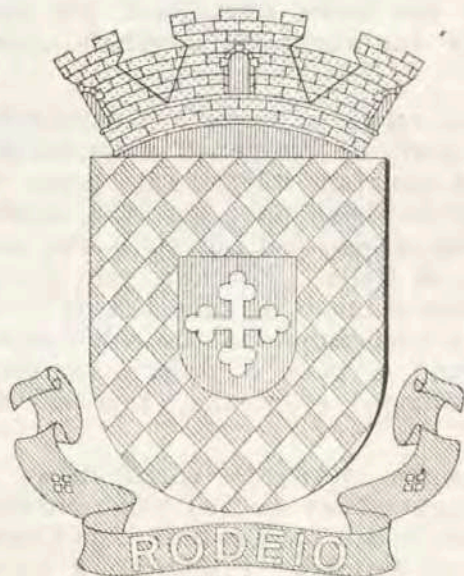
(Continua no próximo número)



As armas do município de Rodeio

Edison Mueller

EM SANTA CATARINA, a colonização do vale do rio Itajai Açu efetuou-se durante cerca de vinte e cinco anos seguidos (1850 a 1875) quase exclusivamente por imigrantes provenientes da Europa Central, sobretudo de origem teuta. A partir de 1874, porém, em decorrência da execução do contrato celebrado



entre o Governo imperial brasileiro e Joaquim Caetano Pinto Júnior, começaram a vir para esta região os primeiros imigrantes aliciados pelos agentes daquele contratante na Itália e no Tirol austriaco.

Por esse tempo, e aguardando justamente a intensificação da imigração em decorrência daquele contrato,

a direção da Colônia Blumenau acelerou a demarcação e divisão de lotes de terras nos vales dos rios Benedito e dos Cedros e de seus afluentes, dos ribeirões Diamante, São Paulo, Guaricanas e outros, tributários do Itajai Açu.

Em 1875, em três levadas sucessivas, 114 famílias italianas, que professavam a religião católica, transferiram-se das suas comunas, no Tirol Trentino, e vieram estabelecer-se nessas novas colônias, ocupando os lotes ao longo de uma "linha" que se estendia mais ou menos da atual cidade de Timbó à localidade de Diamante, logo denominada, por razões ainda insuficientemente apuradas, "Picada do Rodeio". Nos anos seguintes novos imigrantes partiram da Alta Itália e vieram povoar as picadas chamadas de São Paulo, Guaricanas, São Pedrinho, Vale Nuova, Aquidabã e outras.

Gradativamente a região, sobretudo a colônia de Rodeio, foi tomando maior desenvolvimento, apesar do isolamento em que vivia, devido à precariedade das vias de comunicação. Dedicavam-se então os colonos principalmente às derrubadas na mata virgem para fazer roças e plantações destinadas a sua subsistência. Como católicos tradicionais, tendo as práticas religiosas como absolutamente indispensáveis ao seu modo de viver, trataram também, os novos imigrantes, de construir as suas capelinhas provisórias, nos lugares para esse fim reservados pela direção da Colônia Blumenau, sempre ciosa em não relegar a plano inferior o bem-estar espiritual dos colonos, quer se tratasse de católicos, quer de evangélicos, estes em impressionante maioria. O vigário de

Blumenau e padres de outras paróquias iam, periodicamente, visitar essas capelas, junto às quais sempre se delimitava local para escola e cemitério.

Vencidos, assim, os tropeços iniciais, conformados os colonos com a sua nova vida, a "Picada do Rodeio" passou a ter existência tranqüila. E teria continuado a ser, até os nossos dias, uma simples linha colonial, se aqui não viesse estabelecer, nos fins do último século, o centro irradiador da sua admirável atividade apostolar, um pequeno frade elemão.

A assistência religiosa prestada à população local a partir de 1876 pelo primeiro vigário de Blumenau estendeu-se até 1892, quando os padres franciscanos tomaram solenemente posse da paróquia blumenauense. Em decorrência desse fato, em 1893 instalava-se em Rodeio um religioso da mesma ordem, frei Lucínio Korte, nascido na Alemanha e que havia estudado na Itália. Foi essa, sem dúvida, uma data memorável, porque marcou o início de uma era de progresso, de engrandecimento para toda a vastíssima zona de colonização italiana do antigo município de Blumenau e para o próprio município em geral, seja no que se refere à situação econômica, seja no adiantamento moral e cultural.

A cada uma das incipientes comunidades ocupadas por imigrantes italianos compreendidas no seu vasto curato, que se estendia dos confins de Jaraguá do Sul até aos limites de Curitibanos, frei Lucínio dedicou sempre especial carinho. Promoveu a construção de capelas, escolas e cemitérios; fundou associações religiosas e sociedades de música, de canto e de esportes; inspirou a criação de organismos destinados ao fomento e à defesa da produção agrícola, de estímulo ao cooperativismo e de proteção ao colono. Orientou sobretudo o próprio enriquecimento da região pela instalação de ofícios e indústrias; e pelo aperfeiçoamento dos métodos de cultivo da terra, pela escolha e introdução das culturas melhor adaptáveis a ela.

Rodeio tornou-se, destarte, um município dedicado por excelência às lides agrícolas — e um dos maiores e melhores produtores de arroz de Santa Catarina. A rizicultura é a sua principal fonte econômica e, portanto, a mais importante atividade do município. São dignas de menção também as culturas de mandioca, fumo e milho.

Em 1904, frei Lucínio fundou um jornal semanário, "L'Amico", em língua italiana, impresso no convento franciscano e publicado regularmente até 1917, através do qual mantinha os colonos informados das suas idéias pelo engrandecimento da coletividade, divulgando ao mesmo tempo boas idéias, informações, noções agrícolas e ensinamentos práticos. Durante a sua residência em Rodeio foi igualmente construída a magnífica igreja-matriz de São Francisco de Assis, consagrada em 1899, bem como o pequeno convento inicial, anexo ao templo,

Em 1901, a diretoria da Província Franciscana da Imaculada Conceição transferiu para Rodeio, com frei Lucínio como superior do convento, o noviciado da Ordem, por onde passaram, como candidatos à vida conventual ou apenas aperfeiçoando conhecimentos indispensáveis

à vida quotidiana, muitas centenas de descendentes dos imigrantes da península itálica.

Em 1905 deu-se o estabelecimento em Rodeio das primeiras Irmãs da Divina Providência, as quais, no decorrer dos anos, ofereceram notável contribuição ao bem-estar geral da população, pela prática do magistério, pelo ensino da religião e pela dedicada assistência aos enfermos.

Também em Rodeio, anos mais tarde, à época em que era vigário frei Policarpo Schuhen, surgiu uma Ordem religiosa, a Congregação das Catequistas, que cedo se distinguiu de forma notável, até em outros Estados brasileiros, pelos seus trabalhos em prol da difusão da religião cristã.

A presença de padres e freiras em Rodeio foi, portanto, importantíssima para o seu desenvolvimento material e espiritual, muito mais útil do que se possa imaginar, naqueles dias em que as autoridades mantenedoras da ordem e da justiça estavam instaladas a distâncias de centenas de quilômetros. Os religiosos que, naqueles tempos, sujeitaram-se a partilhar com o colono as agruras próprias do povoamento incipiente, prestaram-lhe auxílio decisivo para assentar as bases da grandeza de Rodeio e das outras comunidades humanas circunvizinhas. Sua presença marcou indelevelmente, por isso, a vida rodeiense.

Pode-se afirmar, finalmente, sem receio de contestação, como disse bem um dos seus biógrafos, que foi a clarividente orientação de frei Lucínio Korte, O. F. M., que elevou o município ao atual grau de prosperidade, conquistando-lhe merecido lugar entre as comunas do nosso Estado. Por isso, com muita razão, foi chamado por outro dos seus panegiristas, de "Paí espiritual de Rodeio", a terra que amorosamente acolheu os seus restos mortais.

São estes justamente os fatos históricos e econômicos recordados, de acordo com a legítima tradição heráldica, nas armas de Rodeio, da nossa autoria, cuja instituição ocorreu no ano passado, em ato prévio aos festejos alusivos ao seu centenário de fundação.

As armas do município, cuja ilustração encima este artigo, têm o seguinte brasonamento:

"Lisonjado de oito fileiras de oito pontos cada uma de prata e de sinople, um escudete de goles carregado de uma cruz trevada do primeiro esmalte. (Em francês, o idioma heráldico, é assim: Lisongé de huit tires chacune avec huit points d'argent et de sinople, à un écusson de gueules chargé d'une croix tréflée du premier émail).

Coroa mural de ouro forrada de goles com quatro torres abertas do segundo esmalte.

Dístico: "RODEIO", de prata em listel de sinople."

A Heráldica, convém lembrar aqui, é sobretudo uma arte de símbolos; logo, os emblemas heráldicos não devem ser representações fotográficas das figuras que representam. Nem os objetos de uso quotidiano, nem os animais nem as plantas que aparecem nos brasões, por conseguinte, são os mesmos que se encontram na natureza.

A solução simplista, anacrônica e arcaica de se colocar no campo do escudo uma ou mais representações ao natural de determinadas plantas (especialmente de arroz), para assinalar as riquezas econômicas do município de Rodeio, ditada embora pelos justos e inegáveis motivos que mencionamos antes, optou-se portanto por uma alegoria que está em consonância com o verdadeiro espírito heráldico.

Os losangos de esmaltes alternados (de prata e de verde) que compõem o campo do escudo simbolizam, qual um mosaico carinhosamente construído, as riquezas do município de Rodeio, que se concentram nas suas atividades agrícolas: as várias culturas que, ao longo dos anos, contribuíram e contribuem para a sua grandeza e o seu constante progresso. Pela sua forma, lembram especialmente os "quadros" das arrozeiras, cuja presença marca notavelmente a paisagem rodeiense, além de constituir a sua principal fonte econômica.

A cruz recorda a religião tradicional dos imigrantes que povoaram o município, como lembra também as pequeninas capelas que pontilharam as linhas coloniais, em redor das quais surgiram as comunidades que formam o município. Sua colocação no centro do escudo, a evidenciar uma natural convergência de interesses e objetivos comuns, assinala principalmente a presença marcante e indelével em Rodeio, no transcorrer dos anos, de padres e freiras católicos, que proporcionaram, como foi narrado antes, auxílio importantíssimo e nunca assaz mensurável, ao seu progresso material e espiritual; sobretudo de frei Lucínio Korte, O. F. M., sem dúvida o maior propulsor desse progresso em toda a vasta zona povoada pelos elementos de origem italiana. Lembra por conseguinte a fé cristã que sempre iluminou o desenvolvimento do município e também o patriotismo, o amor ao Brasil, de que seus filhos sempre deram provas.

Finalmente, os esmaltes do escudo recordam, de modo iniludível, a origem dos povoadores de Rodeio. Constituem as mesmas cores que, segundo a tradição, foram usadas por Napoleão na bandeira que desenhou para a sua legião italiana; cores essas que foram mantidas por Vitor Manuel II na bandeira adotada pela Itália em 1861, quando tornou-se independente, e que iluminam ainda hoje a bandeira tricolor desse país — o verde, o branco e o vermelho.

A coroa mural dourada e forrada de vermelho que encima o brasão é o emblema privativo e consagrado, no Brasil, de sede municipal e de autonomia administrativa. Constitui a representação da própria cidade, que se considera ainda, a exemplo das cidades medievais, envolvida pelos seus muros protetores. As suas quatro torres estão apresentadas logicamente de conformidade com a perspectiva, isto é, vê-se uma no centro e meia de cada lado, estando encoberta a quarta torre.

Como identificação popular e final das armas, a fita verde sob o brasão contém apenas, em letras prateadas, o próprio nome do município.

O emblema distintivo ora descrito simboliza de modo eloqüente, em sua singela composição, o município de Rodeio — e de acordo com a melhor tradição heráldica, porque a simplicidade das armas é o principal elemento da sua maior distinção e da sua maior nobreza.

Biblioteca Ambulante em Blumenau

Sonho de há muito acalentado, era o de Blumenau, através da Fundação "Casa Dr. Blumenau", manter uma Biblioteca Ambulante que nos permitisse levar aos bairros, aos menos favorecidos, um pouco de cultura e, a possibilidade de usufruirmos do direito de uma boa leitura.

A escassa verba de que dispomos, não nos permitia levar de vencida esse sonho, embora as finalidades fossem as mais promissoras.

Todavia, não poderíamos parar, ficando na expectativa, de que um milagre surgisse e o sonho se tornasse realidade.

Eis que, em dado momento, surge a idéia de se fazer um apelo aos Clubes de Serviços à Comunidade, que já tantos e tão relevantes serviços têm prestado, embora se conserve sempre no anonimato.

O nosso Diretor Executivo, velho Rotariano a quem, a bondade dos Rotarianos do "Clube Blumenau Centro", resolveu conferir o título de sócio Honorário, consultando velhos companheiros em Rotary e, sendo por estes apoiado, resolveu apelar para os dois Clubes de Blumenau: "Rotary Clube Blumenau Centro", e "Rotary Clube Blumenau Norte" no sentido de conseguir uma ajuda para a concretização deste velho sonho.

Bem recebida a idéia pelos dois Clubes de Serviços, em pouco tempo, fomos convidados para receber das mãos dos Companheiros Presidentes, uma Kombi que, convenientemente preparada e adaptada, servirá para espargir leitura aproveitável e sadia aos que, por motivos alheios à sua vontade, não podem vir ao Centro a procura de livros instrutivos.

Concretizado este velho sonho, graças a benemerência dos Rotarianos de Blumenau, partimos agora para o cumprimento de nossa missão.

Semanalmente, a Kombi percorrerá os bairros e, estacionando em certos e determinados pontos, atenderá aos que, ávidos da boa leitura, se deleitarão pelo prazo necessário ao usufruto de um livro.

É esta mais uma etapa vencida, e queira Deus nos conserve a nós membros da Fundação "Casa Dr. Blumenau", para que possamos prosseguir no muito que ainda há para ser realizado, a bem da Coletividade e para o bom nome da Centenária cidade de Blumenau.

A R E D A Ç Ã O

Figuras do Passado

JOSÉ E. FINARDI

GREGÓRIO CECHELERO

Natural de Vicenza, Itália, onde nasceu em 5 de agosto de 1852, filho de Vincenzo Cechelero e Angela Badari, chegou a Ascurra em 1876, com um grupo chefiado por Santo Schenalli. Contava então 24 anos de idade.

Estabelecendo-se inicialmente no lote nº 13, da linha colonial Ribeirão Guaricanas, adquiria, mais tarde, os lotes nrs. 167 e 168, da linha margem esquerda do Rio Itajaí Açu, limitrofes pelo lado esquerdo com a área destinada à sede da povoação de Ascurra, a essa época inóspita ainda,

Construindo neles modesto casebre, logo contraiu matrimônio com Maria Schenalli, nascida em 4 de agosto de 1856 e falecida em 14 de julho de 1917, filha mais velha de Santo Schenalli, de cujo consórcio teve doze filhos; 1) ÂNGELA CECHELERO, nascida em 7 de março de 1878 e falecida em 1920, era casada com Giovanni Demarch, nascido em 12 de fevereiro de 1877 e falecido em 29 de outubro de 1949; 2) MARIA CECHELERO, nascida em 9 de junho de 1879, faleceu em 6 de fevereiro de 1953. Em 22 de junho de 1899, casou-se com João Finardi, nascido em 12 de outubro de 1875 e falecido em 26 de outubro de 1966.

3) LUCIA CECHELERO -- nascida em 7 de janeiro de 1882, casou com Arturo Bassani, nascido em 8 de janeiro de 1877, filho de Felício Bassani e de Angela Romaliatti. 4) ÂNGELO CECHELERO, nascido em 26 de novembro de 1883, faleceu solteiro em Quatiguá, Paraná. 5) NATALINA CECHELERO — nascida em 15 de outubro de 1885, casou com Romualdo de Pinho. 6) — LUIZA CECHELERO — nascida em 4 de outubro de 1887, casou com Giacomo Finardi, nascido em 31 de maio de 1887. 7) VICENTE CECHELERO — nascido em 1889 era casado com Ermínia Sacenti, nascida em 7 de junho de 1891 e



GREGÓRIO CECHELERO

falecida em 2 de maio de 1931. 8) OLIVA CEHELERO — nascida em 1891, casada com Lino Fachini, nascido em 1890. 9) GIOVANNI CEHELERO — nascido em 1893, era casado com Maria Demarch. 10) GIUSEPPE CEHELERO — nascido em 5 de outubro de 1896, casado com Marcelina Fachini, nascida em 1891. 11) ANTONIO CEHELERO — nascido em 13 de agosto de 1898, era casado com Elsa Dargel e 12) TEREZA CEHELERO, nascida em 1900, era casada com Gregório da Silva.

— Em 1878, a instâncias de Gregório Cechelero, emigrara, também, sua irmã Catarina Cechelero, casada com Aurélio Ledra, chegando o casal a Guaricanas em dezembro desse ano, estabelecendo-se no lote nº 12, do Ribeirão Guaricanas, defronte ao que era de propriedade de Gregório Cechelero.

O casal possuía três filhos: Angela Ledra, nascida em 1875; Luiz Ledra, nascido em 28 de julho de 1877 e Leopoldo Ledra, nascido em 8 de agosto de 1878. Posteriormente nasceram em Guaricanas: João Ledra, nascido em 7 de outubro de 1884; Pedro Ledra, nascido em 29 de setembro de 1886 e Paulo Ledra, nascido em 14 de janeiro de 1888.

Aurélio Ledra e toda a sua família, na primeira década deste século, transferiu residência para Rio do Sul, onde foram dos primeiros povoadores, aí constituindo família e deixando numerosa descendência — sendo que Luiz Ledra se destacou na política e foi o primeiro Juiz de Paz do antigo distrito de Bela-Aliança, então sob a jurisdição de Blumenau.

De gênio irascível, rude mesmo, rispido no falar, Gregório Cechelero era homem rixento, excessivamente autoritário, tratando seus doze filhos com injustificada rigidez, em contraste com sua esposa, toda bondade, mãe extremosa e dedicada até ao sacrifício. Sofrendo de asma, mal que a atormentou a vida inteira, Maria Cechelero faleceu em 4 de julho de 1917, com 61 anos de idade. Um modesto jazigo no cemitério de Ascurra, guarda os restos mortais desta santa criatura, cuja vida foi toda um rosário de renúncias, trabalhos e sofrimentos sem conta.

Gregório Cechelero teve acentuada interferência na vida social, política e religiosa de Ascurra, tanto nos seus primórdios como também nas duas primeiras décadas deste século.

Iniciando suas atividades como colono, mais tarde montou pequena olaria, construindo, em 1866, uma das primeiras casas de tijolos feitos à mão, ainda existente, além de ter construído um dos primeiros engenhos de açúcar.

Teve atuação destacada também como fabricante da Capela Santo Ambrósio, tanto na de madeira, inaugurada em 17 de abril de 1879, como também na de tijolos, atual Matriz, cujas obras se ultimaram em 1905. Outrossim, colaborou na construção da Escola “Dante Alighieri” e foi um dos sócios fundadores da Sociedade Cooperativa de Ascurra em 1905.

Com o falecimento de sua esposa resolveu mudar-se, em 1923, para Siqueira Campos, Paraná, onde estavam estabelecidos seus filhos Angelo e Giuseppe Cechelero desde 1920 e onde faleceu com 76 anos de idade.

Desaparecia, assim, um dos pioneiros de Ascurra que, pela sua atividade e pelo diuturno trabalho, muito cooperou para o engrandecimento da comunidade ascurrense.

Primórdios de Guaricanas



O professor Mattio Bragagnolo e sua família ao lado de sua "casa" — uma das melhores residências nos primórdios de Guaricanas. Foto 1892.

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU" BIBLIOTECA MUNICIPAL DR. FRITZ MULLER

Movimento referente ao mês de Fevereiro de 1976

Obras existentes - - - - -	48.529
Entradas neste mês - - - - -	261
T O T A L - - - - -	48.790
Livros emprestados - - - - -	771
Livros consultados - - - - -	714
Consultas nos Arquivos - - - - -	23
Obras Adquiridas - - - - -	9
Livros doados - - - - -	150

A Estância das Araucárias

Evaldo Trierweiler

(Continuação do número anterior)

— Mas é doce, revidou Campano. O capelão aí da freguesia é muito amigo do Antonico e já lhe pediu muitas vezes que esquecesse. Não se vingasse. O Tião depois de mais umas besteiras perdeu seus melhores capangas e anda mais sozinho. Diminuiu de periculosidade. Seu Marcos é muito religioso, também sou, mas Tião Bento tem de comer barro. O que ele fez não se perdoa. Antonico a seu tempo fará o serviço, garanto. Seu dia chegará. Mas se mal pergunto:

— Que pretende a menina?

— Nada até o momento. Continua trabalhando muito. Provavelmente ficará solteira, não será a última...

— Ainda há rapazes por aí.

— Não lhe interessam.

— Quê! ficará solteira? Há de achar-se um galante e robusto moço que venha com ela se casar. Por ora ela não deu confiança. Por esses dias andava aí um guapo jovem de Curitiba. Seria um bom partido.

— Conhece o rapaz?

— Não conheço. Pelos vistos deve ser um cabra arrumadão com boas patacas.

— Não é do caso. Seria melhor perguntar pelos sentimentos do coração.

— Creio que deve ter bons sentimentos, pois no violão ele ponteia, dedilha e canta. Tira cada harpejo que dá gosto ouvir. Dizem que quem tem melodia, tem bom coração. Lembra os meus "dezoito" e quem canta...

— ...não tem maus sentimentos.

— Está para ela, bons augúrios a vista.

— Isto é com ela, disse Marcos encerrando o assunto.

x x x

Por aqueles dias Elisa veio ter à venda do seu Silveira. Ao voltar foi procurar o pai. Estava ele ocupado a picar fumo de corda com uma palha nos lábios. Um sentimento de orgulho passou-lhe na alma: É realmente linda a minha filha.

— Que é que há? falou-lhe enquanto se distraía a enrolar o palheiro e tirar fogo da pedra para uma isca alaranjada por meio de uma lima alisada na parte estreita.

Esse sistema dava fogo barato. Tirou umas baforadas do cigarro, que finalmente acendeu e fitou a linda moça a sua frente. Elisa ficara a observar, depois falou:

— Meu pai, encontrei o senhor Silveira, quando ia fazer compras na venda. Ele disse que sua senhora queria falar comigo. Como eu já tinha comprado as coisas de que precisava, aproveitei a falar com D. Luísa. Ela pediu que eu fosse ajudá-la alguns dias principalmente agora na safra da erva-mate. O pai sabe que lá há muito serviço e rapaz pequeno também. Se o senhor permitir eu vou, só porque essa senhora sempre nos tratou muito bem.

Marcos não respondeu logo. Assuntou, isto é, pensou um pouco. Tirou mais umas tragadas. Em casos assim o caboclo cisma primeiro. Consulta os prós e os contras para depois dar a solução. Então falou:

— Filha, não temos necessidade disso. Contudo, negar alguma coisa ao seu Silveira é impossível. Ele que buscou o remédio para o Felício em Joinville e quando se precisa de um favor ele não regateia. Atende. Se sua mãe estiver de acordo, você pode ir.

— É mais um auxílio do que trabalho por dinheiro, disse Elisa corando. Acertado o caso com a mãe, Elisa deixou o lar paterno no dia seguinte.

C A P Í T U L O V

Levando pequena trouxa debaixo do braço, tamanquinhos na mão, descalça, descia Elisa a colina até a estrada geral na planície, onde estava situada a casa do negociante Silveira. Vestia simples vestido de chita florido. Era a flor trajando flores. Os passarinhos davam-lhe concerto gratuito na passagem. O sol lhe sorria pelos cantos das núvens. Parecia ter inveja daquela beleza cabocla, ou caprichava para fazê-la mais linda. Seriam nove horas quando pisou na casa do negociante. Desde logo ocupou-se com os trabalhos da casa. D. Luíza mostrou-se satisfeita com o modo prestativo desta moça da roça. Tinha ela uma ninhada de filhos. Desde logo se afeioaram à jovem que lhes sorria com afabilidade. A pequena Zita é que mais apreciava aquela bondosa moça, tão simples com os olhos tristes. Com dois aninhos era dada a travessuras. Em presença de Elisa ficava a olhá-la com seus grandes olhos brejeiros e obedecia. Dentro de poucos dias havia conquistado a amizade de todos os de casa e também das pessoas que entravam e saíam da venda.

Na época da compra da erva-mate adquiriam-se centenas de arrobas por dia. Dos que vendiam, uns queriam almoço, outros café com mistura, de sorte que a empregada do serviço doméstico não tinha mãos a medir. Devia estar o dia inteiro à disposição. Havia ainda a lavagem de roupa e após o serviço do dia o passar a roupa a ferro. O ferro era aquecido com brasas. Trabalho difícil e moroso.

Pelo visto o trabalho costumava ser duro e abundante numa casa de comércio do sítio. Às cinco horas da manhã já se devia deixar o leite, fazer o serviço dos currais ordenhar as vacas e na cozinha preparar o café. Logo pela manhã começavam a chegar os fregueses. A faina se estendia pelo dia afora. Como trabalhavam os da venda, trabalhavam os de casa. Cada qual nas suas atribuições. A vida decorria num vai e vem e vem contínuo. Desconhecia-se horário e mesmo às desoras atendiam-se fregueses.

À noite, apesar do serviço diurno, vinham os vizinhos e jogava-

se baralho a paus de fósforos. Divertimento que ia até nove ou dez horas da noite. Às vezes, um gaiteiro prolongava aqueles serões alegres com toadas e desafios. Ouviam-se gostosas gargalhadas.

A casa era dessas de tipo colonial. Espaçosa varanda na frente. Metade dessa servia de entrada para a venda e outra de entrada para a sala de visitas, que também servia de refeitório para os hóspedes que desejavam almoçar ou tomar café acompanhado.

Da sala de visitas partia um corredor. A primeira porta à direita dava entrada para o quarto de Elisa. Vis a vi ao seu ficava o dormitório do casal. Para os fundos os quartos das crianças, copa e cozinha.

Do corredor partia uma escada para o sótão. Este era amplo e provido de camas porquanto muitos fregueses que vinham de longe pernoitavam. Ao lado da casa um enorme paiol que servia de depósito para a erva-mate. Nessa época do ano havia movimento o dia inteiro. Pesava-se carga que vinha através de muares ou carroças de duas ou quatro parrelhas. Local para grandes negócios, seu Silveira, muito brincalhão, pagava as sobras de erva-mate com um trago de cachaça ou sabonete ou coisa que o valha e dizia ao capelão da igreja do lugar: Pois é seu Lorenço — Fé em Deus e unha no próximo.

Mesmo que fossem tempos pesados e difíceis, sobrecarregados de graves tarefas, a vida era agradável para quem não conhecia coisas melhores. Deus dá o frio conforme a roupa.

Certa noite, pouco depois da chegada de Elisa à Casa Comercial de Silveira, estavam os vizinhos reunidos na venda, numa farra como se dizia, bebericando e jogando, quando se ouviram distintamente três pancadas na porta dos fundos. Em seguida, um ruído como se muita gente estivesse correndo ao redor de casa. Fato impossível uma vez que da casa partiam cercas de arame farpado. Silveira foi à porta da cozinha, abriu-a não viu ninguém. Os vizinhos, um tanto alarmados, perguntaram-lhe o que poderia ser.

— Não sei, disse Silveira, as pancadas podem ser de pessoa que queira mangar conosco. Mas a correria é impossível devido à cerca. Quem corre aí não está respeitando cercas. Nos fundos podia estar aberta a cancela, mas aqui cada um sabe donde parte a cerca alta e forte.

Mal acabara de falar, a correria chegou à frente da casa e ouviram-se distintamente três pancadas na porta da sala de visitas. Rápido Silveira correu para lá, abriu a porta e nada podendo ver, voltou contrariado.

Também os vizinhos, que estavam de porta fechada por causa do frio, abriram as portas e perscrutando a escuridão nada puderam lobrigar.

Silveira, novamente, com eles interrogava-se quem poderia estar a zombar dele. Então os fregueses armados de cacetes e lanternas vasculharam o exterior da casa nada encontrando. Do mato ouvia-se apenas o latir compassado do cão do mato. Mal haviam entrado na venda, quando nos fundos soaram novamente as três pancadas. A luz do lampião ferindo a escuridão também nada deixou perceber. Todos se despediram com o propósito de retornar na noite seguinte para ver em que iria dar aquele fenômeno.

No dia seguinte era só o que se falava, nas vendas, nas estrebarias, nos campos. Gonçalo, boleeiro do Silveira, levantara cedo, tratara os cavalos e depois levado pela curiosidade dirigiu-se à casa de Silveira, que no momento encebava uns loros para os estribos de sua sela. Ia mesmo passar o cebo no látego da cincha, ao chegar Gonçalo.

— Que é da história de ontem? indagou.

— Nada posso informar, além do que vocês ouviram. Dormi tranqüilo o resto da noite. Hoje nenhum sinal, nem na porta, nem ao redor da casa indica coisa que pudesse lembrar o acontecido. Entre os trabalhos diários passou-se o dia. À noite como de costume, reuniram-se todos na venda e começaram a bebericar e a jogar. Inopinadamente no meio de uma gargalhada as três pancadas macabras. Desta vez na porta da frente. O mesmo ruído de correria como na véspera e três pancadas na porta dos fundos. Silveira abriu a porta da frente, depois correu para os fundos. Como na primeira noite nada viu.

— O mesmo fenômeno de ontem e nada para ver, comentou. Um dos fregueses falou:

— Coisa estranha essa! Pois seu Silveira tem cachorros e nenhum deles late. Os cachorros não estão escutando o mesmo barulho qui nós?... vamo vê em que vai dá...

Os outros ficaram a se entreolhar pasmados. As pancadas se sucederam. Silveira não se rendeu. Deixou-se ficar na venda. Já que não se via nada o melhor era esperar. Depois que todos se retiraram, Silveira ia recolher-se quando ouviu pancadas na vidraça do dormitório de Elisa. Tudo sossegou e a paz desceu sobre o lar. Dona Luíza perguntou o que podia ser e Silveira respondeu estar impossibilitado de dar uma explicação.

Nas noites subseqüentes o fenômeno continuava e os vizinhos vinham fielmente à venda, a fim de atinarem com a chave do mistério. Estava-se já na quinta noite, quando Silveira que demonstrara coragem, invulgar, pediu que se fosse alma penada, se manifestasse, dizendo o que queria, pois tinha coragem suficiente para atender o pedido e satisfazê-lo. Contudo o causador do fenômeno permanecia mudo, contentando-se em fazer ouvir as célebres pancadas na porta.

Nessa noite, Silveira chateado do barulho, das pancadas na porta tentou um diálogo com o fantasma:

— Em nome de Deus, começou, diga o que quer.

— —

— Se és uma alma penada, fala que eu escoro.

Silêncio completo, não se escutava viva alma.

— Se és uma alma que sofre e precisa de uma missa, o cumprimento de uma promessa ou qualquer outro desejo, externe-o que farei o possível para que se realize.

— —

— Fala em Nome de Deus e da Virgem Maria.

Silêncio continuado.

— Se não falas em nome de Deus e da Virgem Mãe de Deus, então fala por amor do Bom Jesus de Iguape de quem sou devoto.

— —

Silveira continuou tentando por curto espaço ainda conseguir uma palavra que fosse. Apenas o eco de suas palavras era ouvido.

— Em nome de Deus, se não falas dêixa-nos em paz.

Como resposta ouviram-se as pancadas no fundo da casa.

Agastado Silveira, cansado do ruído das noites anteriores, porque não fora atendido, bradou:

— Se não queres falar em nome de Deus e da Virgem Maria. Se pretendes não nos deixar em paz, vai para o diabo que te carregue!

No mesmo instante, três pancadas sob o assoalho fizeram Silveira pular e perder o equilíbrio, só não caiu, porque Roque, o balconista o amparou. Um calafrio lhe passou pela espinha, empalideceu, pediu um capô d'água, sentando-se numa cadeira.

Diante desse fato os mais velhos recomendaram prudência a Silveira a fim de que não lhe sucedesse mal.

— Espera, disse outro, a seu tempo isso volta ao normal. Não vê o caso do porco preto que aparecia na encruzilhada do Lageado com Arroio Fundo?

Silveira já refeito respondeu: — Pode ser que aparecia, mas não houve hora da noite que eu passasse por ali e nunca vi nada. Depois não creio em lobishomem nem em aparições. Sei apenas o que ouvi contar.

— Após o sinhô não viu contá as carrera que levaram os cara que se atreviam a passar por ali altas horas da noite. Até de dia tinha fantasma na encruzilhada.

— Ah! isso pode ser, atalhou Silveira. O que sei é que um dia desses, lá pelas duas horas da tarde um sujeito chegou a toda brida na venda do Calixto. Todo pálido foi dizendo que havia fantasma naquela sepultura da encruzilhada do Toldo para o Arroio Fundo. Essa bifurcação ficava a uns cem metros aquém da outra, a pouca distância da venda. Todos os que ali estavam a correram. E o que foram encontrar? Doze cândidas velinhas ardendo sobre a sepultura. Uma alma piedosa de um parente, talvez, as acendera para o descanso eterno daquela alma e para que o nosso amigo visse fantasmas ao meio-dia. Soube de muito nego que correu e chegou a ficar branco de susto, no entanto, jamais vi coisa alguma que me impressionasse.

— Mas foi ali que houve choque entre os jagunços e a policia e muitos morreram. Pelas cruzes devem ter ido alguns para o outro mundo. O rio Paciência teria algumas coisas a contar, seja como for, continuou Silveira, não creio que eles voltem para assustar os mortais. Isso é gente que se aproveita da credulidade de outrém para fazer aparências. Na realidade não existe nada. Existe cara que quer bala no focinho e garanto se encontrar um biltre desses eu queimo. Quero ver a tal alma do outro mundo sair gemendo e exalar o último suspiro.

Silveira era homem arrojado. Desconhecia o medo. Era respeitado sem que nunca tivesse arrotado valentia. Os fregueses se entreolharam admirados das palavras do negociante e iam falar... quando soaram na porta as três pancadas.

— Deixa bater, disse Silveira, não adianta teimar. Não fala.

Não diz nada. Só o tempo vai resolver. Não faz mal a ninguém, só incomoda.

Mais alguns dias decorreram com a visita regular do fenômeno, sem que se ouvisse coisa alguma além das três pancadas e a correria.

Por aqueles dias passou ali um Frei. Pois os franciscanos davam assistência aos fiéis daquela redondeza. Convidado por Silveira, inteirou-se dos fatos, fez o exorcismo, caso fosse obra do espírito do mal e partiu. De noite repetiu-se o mesmo fenômeno. Na manhã seguinte Silveira entrou na cozinha e disse à mulher que estava coando o aparado: Luíza, vou à vila e volto amanhã. Já preveni o Gonçalo ele pode ficar aqui, até que tudo silencia. Por uma noite pode dormir no sótão.

— Não será perigoso, interrogou D. Luíza, entregando a xícara de café fumegante ao esposo.

— Deve ser um espírito pacífico, por enquanto nenhum mal tem feito. Se é espectro nenhum mal tem feito às plantações nem a outro objeto. Vou à vila a negócios e devo esperar um amigo que chega à tarde com o trem. Tratarei de negócios com ele e só voltarei, como disse, amanhã. Seja o que Deus quiser, o mal que temos de sofrer não o podemos colocar na porta de ninguém.

— É capaz de esperar somente a tua saída para depois fazer das suas. Tenho medo.

Nisso entrou Elisa com um balde de leite. Silveira voltando-se para ela, disse que iria viajar, que tivesse confiança, não haveria de acontecer nada. Elisa empalideceu:

— Seu Silveira, não viu o senhor que as pancadas às vezes são no meu quarto. Se ele entra ali, que faço eu? Pelo amor da Santa Virgem...

— Não faz nada. Pergunte o que ele quer. Escute, menina, você não tem alguma promessa com alguém. Pergunte o nome dele...

— Que me alembre não.

— Porque, pode acontecer que feita uma promessa, não tenha essa sido paga e a alma vem pedir o cumprimento da promessa, assim ensinava minha mãe. Sou descrente disso. Todavia, diante do que se escuta cada noite, só pode ser promessa não paga.

Elisa ficou calada, pensando. D. Luíza ocupou-se dos afazeres da casa. Elisa apressou-se a por o café na mesa e chamar as crianças. Zita como de costume veio abraçar-se aos joelhos de Elisa a quem queria como a mãe.

O dia decorrera na santa paz. Silveira viajara. Muitos ervaiteiros trouxeram carga e o boleeiro Gonçalo e o balconista Roque atenderam a todos. Eram a mão direita de Silveira.

Era o por do sol na serra. As sombras alongavam-se na planície. Um bando de papagaios voava alto, percebia-se nos campos o seu chalarar passageiro. Às aves recolhiam-se aos ninhos e esconderijos. Aqui ou ali nas árvores escutava-se o pio de um pássaro sonâmbulo ou ameaçado. O gado recolhido ao piquete era separado das crias para se ter leite no dia seguinte. Pouco a pouco o crepúsculo descia no esbraseado ocidente. As cores esmaeciam e a noite descia lenta, negra, tétrica como soem ser as noites da serra.

Elisa ocupava-se na sala da frente em passar roupa a ferro. Em dado momento sentindo que as brasas do ferro estavam pelas cordas, saiu em busca de novas brasas para continuar o serviço. Ao tornar à sala deu um grito e voltou à cozinha. D. Luíza acorreu e Elisa narrou que ao entrar na sala vira uma mulher inteiramente vestida de branco, sentada na varanda, cotovelo apoiado no parapeito da janela, tendo o queixo apoiado na forcada do polegar, o indicador ao longo da face e os demais dedos fechados. Seu olhar estava fixo num ponto do teto. Ouvindo isto D. Luíza com Elisa e Roque voltaram à sala e a mesma figura impressionante estava agora sentada pelo lado de dentro, na mesma posição, olhando fixamente para fora. Apavoradas as duas fugiram aos gritos para a cozinha e Roque foi chamar Gonçalo que estava em lida com os animais na cocheira. Mas ao chegar nada mais viu.

Naquela noite, porquanto o ruído se fazia ouvir para os lados do quarto de Elisa Gonçalo tentou convencer Elisa que desse entrada ao duende. Ela, no entanto apavorada refugiou-se com D. Luíza no quarto do casal.

No dia seguinte chegou Silveira que informado do ocorrido decidiu que Elisa passasse a noite em casa dos pais. Providenciou-lhe uma companhia, uma filha do vizinho. Ambas subiram a colina onde morava Marcos. Esse estranhou a chegada da filha e seus olhos escuros pararam indagadores sobre a filha tentando ler o que se passava em seu íntimo.

— A bênção, pai!

— Deus te abençoe, minha filha.

— Seu Silveira disse que eu viesse passar a noite em casa, para ver se os fenômenos noturnos são mesmo comigo, ou com quem são e contou as aparições da noite anterior,

— Pois bem, disse Marcos, vamos aguardar. Agora vamos cear. Mariana já pôs a ceia. A ceia, geralmente, constava de revirado. Cozinha-se o feijão em quantidade. Numa outra panela cortava-se toucinho defumado que se punha a frigar, quando o feijão estava no ponto.

Tirava-se então todo o caldo e entornava-se os grãos sobre o toucinho quente e misturava-se bem com umas colheres de farinha de milho. O feijão assim preparado era apetitoso, servido com saladas e carne de porco ou de rês constituía-se um prato apreciado.

Elisa cumprimentou os irmãos e a mãe e por ordem dessa foi sentar-se no seu antigo lugar. A jovem que a acompanhara também recebeu o seu quinhão. Ela narrou o acontecido na véspera, confirmado por Elisa. Marcos e a família ficaram profundamente consternados. Depois de longo silêncio falou:

— Deve ser uma alma penada, Ela busca socorro entre os mortais. Se for possível ajudemo-la a ganhar o descanso eterno. Devotos como eram fizeram orações. Elisa olhou para o pai e duas lágrimas silenciosas derramaram-se pela face. Qual seria o mistério?

Após a ceia, estavam todos na sala e conversavam sobre assuntos passados durante a ausência de Elisa. De repente como um raio em pleno céu límpido, soaram três pancadas na porta da cozinha. Marcos

cautelosamente levantou-se sem coragem para abrir. Faltava-lhe o arrojo de Silveira para enfrentar o fantasma. Olhou para Elisa e ela falou que era inútil ir ver, porque não se via ninguém. O silêncio desceu na sala.

Fora, porém, ouvia-se uma correria terrível. Parecia que um vendaval houvesse desencadeado as fúrias. Outras vezes parecia uma chuva torrencial. A correria ao redor também era impossível, contudo eles a escutavam. Depois pancadas na porta. Dos presentes nenhum se atreveu a abrir. Por longo tempo prestarem atenção ao barulho, por fim deitaram-se. Elisa deitou-se com Mariana e o ruído continuou junto a janela de ambas.

Manhãzinha, Marcos com Elisa e a acompanhante se aprestaram a voltar à casa de Silveira. Chegados que foram inteiraram-no do acontecido e Marcos pediu que ficasse com a filha, porquanto lhe faltava coragem para enfrentar o fantasma. Ela permaneceria até que deslindasse o caso.

— Pode deixar sua filha conosco. Só queria saber se o caso era com ela. Agora não tenho mais dúvida. Sei o que devo fazer para terminar o fato que nos vem preocupando.

Marcos agradeceu as palavras de Silveira e acrescentou:

— Não vá assustar a menina, de maneira que ela venha a sofrer de ataques, sustos ou desmaios.

— Pode partir sem mais. Tudo farei para que o caso se deslinde sem prejuízo para a menina. É sério, mas há remédio.

Melancolicamente Marcos despediu-se dela e de Silveira. O sol saudava com seus raios reluzentes o vale silencioso de Bela Vista do Toldo. Pássaros em bando povoavam os bosques vizinhos e lá do alto um anu gritava alegria dentro da manhã.

Estamos na noite deste dia tão cheio de serviço. Os fregueses e vizinhos de Silveira haviam indagado dele o que houvera na noite anterior. Informados, isso aguçou mais a curiosidade. Todos esperavam pelo desfecho. Indispostos para jogar esperaram pelos acontecimentos que não se fizeram esperar. Enquanto esperavam Campano e outros contavam histórias macabras.

Tirando de trás da orelha uma palha e olhando de esguelha para seus vizinhos, colocou-a na boca, após tê-la passado nos lábios para amaciar.

— Faz algum tempo, começou, o Neca Barbosa ia a trote largo pelo faxinal. Era uma noite estrelada, sem lua. Um vento fresco derramava-se pela mata e produzia uma zuada como se algumas almas chorassem socorro. Subitamente, sem saber como, pareceu ao Neca que algo o vinha seguindo. Eis senão quando o animal em que vinha montado dá uma quebrada que quase põe o Neca fora dos arreios. No mesmo instante ele sentiu que alguém montava na garupa. Quem era? Não sei, nem o Neca sabia, continuou Campano, picando fumo, depois de esfarinhado, enrolou calmamente o cigarro, acendeu-o e prosseguiu; O cavalo arrancou-se num salto e partiu a toda brida. Neca Barbosa sentiu o vulto enlaçar-lhe o corpo como para não cair. Curioso, no entanto, o cavalo parecia não sentir mais peso. Foi-lhe impossível distinguir se era preto, se branco, azul ou negro. Só sentiu o cavalo devorar os três quilômetros

que o separavam da casa. Teve de atravessar o capão de mato que separa as terras dele das do Silva. Pensou: Se tiver de morrer vai ser nesse capão. O cavalo galopava. Encurtando a distância, ia chegando. Será mesmo que este fantasma vai morar comigo na fazenda? ruminava o Neca banhado em frio suor, quando de repente, naquele boeiro perto da casa dele, o duende desapareceu, como viera. O baio entrou num trote largo e pouco depois chegava ao portão completamente abombado. Até hoje não se encontrou quem explicasse o fenômeno, só Neca verificara no dia seguinte que uma mecha de cabelo embranquecera. Deve se inscrever ao terror de que se viu possuído.

— Apois o sô Carlos conta um caso igualzinho lembrou o Gonçalo.

— Pois é, diz o Tibúrcio, adespóis daquele dia o sô Carlos não prestou mais e está bastante adoentado. O nosso botiqueiro não acertou até agora com o remédio. É ali no Tira-fogo. Tira-fogo era um aclave empinado onde em dias de chuva geralmente os carroceiros tinham de descarregar as carroças, porque com as carroças descarregadas os cavalos, quase não conseguiam subir. Pois ali aparece um lobishomem que fecha toda a estrada e ai do cristão que queira passar ou volta ou viaja com o fantasma para o outro mundo.

Isto é pataquada, adiantou Silveira. Não quero ver aparições, também não vi nehuma até hoje. Acho que os lobishomens conhecem perfeitamente quem tem medo e quem não tem. Porque há muita gente que não vê nada.

— Mas...

Três sinistras pancadas se fizeram ouvir e em seguida bateu forte na janela do quarto de Elisa. Novas batidas na janela pediam entrada.

— Elisa, disse Silveira, abre a janela.

— Eu tenho medo, defendeu-se a moça.

— Nada de ter medo. Abra a janela. Deixe-o entrar se for preciso. O caso é contigo. Resolva hoje mesmo. Veja o que ele quer. Ficarei aqui na porta, em caso de necessidade estarei ao teu lado.

— Então o senhor não saia daqui.

— Eu ficarei. Vá abrir a janela.

Tremendo como varas verdes ela caminhou para a janela. Recuou, vacilou...

— Enfrenta menina, estou aqui e se puder fazer alguma coisa, conte comigo. Coragem! Dá paz a esta alma.

Elisa pôs a mão no trinco da vidraça, hesitou um instante e virou. Um jovem vestido de escoteiro, apareceu no vão da janela. Pulou sobre o parapeito e do parapeito ao assoalho. Agarrou delicadamente o braço da moça, sentando-se com ela sobre a cama, passou-lhe o braço pelo ombro e falou:

— Sou Antoninho, aquela bala do Tião Bento tirou-me a vida. Antes de morrer tive ainda tempo de recordar aquela nossa promessa. Lembra-se...

Elisa primeiro transida de medo, sentia-se agora segura de si e respondeu:

— Sim. Lembro-me.

— Eu te peço pelo amor de Deus, manda acender a vela e deixa-a arder até se consumir, sem que ela arda totalmente não terei descanso na eternidade. Prometes-me?

— Prometo. Pode ir em paz que amanhã mesmo mandarei acender a vela.

De um salto o escoteiro ganhou o parapeito. Silveira correu, voou à janela, porém do escoteiro nem sombra mais. Elisa desmaiou sobre a cama. D. Luíza acorreu ao chamado do marido e trouxe água fria e vinagre. Elisa logo se recuperou. Depois ficaram escutando a narrativa de Elisa, pois que Silveira que ficara à porta do quarto, apenas percebera um vulto, todavia não distinguia o que falavam.

Convidando Elisa para sentar-se ao lado de D. Luíza disse:

— Que estória é essa? Enquanto esperava a resposta, entre-tinha-se a reenrolar o cigarro que tirara da cigareira.

Ela olhou-o fixamente para dizer:

— É uma história triste. As lágrimas brilharam grossas nos seus lindos olhos negros. Antoninho era meu companheiro de infância. Desde pequenos brincávamos juntos. Na escola, em casa sempre nos encontrávamos. Nos divertimentos ele me protegia. Quando havia uma briguinha entre colegas, ele estava de meu lado e não permitia que alguém me tocasse. Assim crescemos. Depois nos sentimos afastados, quando me senti moça. Sempre que o via corava sem saber por que? Mais tarde soube que isso era o amor que desabrochava. Passei então a encontrarme com ele furtivamente, com medo de meu pai. Num desses encontros ele soube da nossa mudança para esta localidade. Para assegurar-se do meu amor, da minha fidelidade, propôs-me uma promessa simples. Em caso de morte se não chegássemos ao casamento, aquele que ficasse deveria acender uma vela na igreja e deixá-la arder até se consumir. Aquele que partisse ficaria privado do descanso enquanto essa vela não ardesse totalmente. Agora como morreu primeiro veio suplicar o cumprimento da promessa, sem o que não terá paz na eternidade.

— Avia-te, minha filha, advertiu Silveira. Trata de cumprir a promessa amanhã mesmo. D. Luíza também insistiu que a mesma fosse logo cumprida.

A narrativa trouxe-lhe à memória ao vivo o seu grande amor e ela chorou convulsivamente. D. Luíza abraçou-a com carinhos maternos e Silveira retirou-se comovido. Estava diante de um fato inexplicável. Logo ele que desacreditava em fantasmas e aparições. Deitou-se e ficou longo tempo com o olhar fixo na escuridão do quarto, cismando.

D. Luíza acompanhou a moça até o quarto de dormir e voltou aos seus aposentos.

A jovem chorou por longo tempo, afinal vencida pelo cansaço e as emoções adormeceu profundamente.

No dia imediato. Dia de azáfama incrível. O serviço era tanto que mal dava tempo para pensar. Oh! esses dias eram medonhos. Um

queria café com mistura. Nem bem servido este, apresentavam-se outros. Fregueses que vinham de paragens distantes pediam almoço. Havia que atender as crianças. Elisa se viu em palpos de aranha. Trabalhou, trabalhou e quando percebeu era noite. Noite como as outras, ela naquelas canseiras estava despreocupada. Nem ela, nem Silveira, nem ninguém lembrou-se mais de pagar a promessa.

Silveira narrava pela terceira vez aos fregueses atentos o acontecido, quando de repente se fizeram ouvir as três pancadas. A seguir bateu na vidraça do quarto de Elisa. Silveira alvoroçado correu para a cozinha. No corredor encontrou a jovem chorando.

— Seu Silveira, pelo amor de Deus, esqueci de ir à Igreja acender a vela. Será que ele vai me querer mal?

— Menina, mas então se brinca com essas coisas, disse em tom severo. Como você pôde esquecer uma súplica tão séria. Onde já se viu alma sem descanso, porque uma promessa não foi cumprida e você a responsável pelo cumprimento, vai esquecer...

— Desculpe, patrão, mas havia tanto que fazer, exclamou.

— Devia largar tudo e ir, isso é mais importante que todo o serviço e todo o dinheiro que se possa ganhar. Mesmo que atrapalhe tudo, vá pagar a promessa, todos os fregueses entendem. Agora vamos ao caso.

Fora ouviam-se as correrias, o zuar do vento. Nenhum cachorro latia. Elisa entrou no quarto, onde, nesse momento, já se ouviam as pancadas na vidraça. Silveira ficara à porta, como na noite anterior. Resolutamente a moça virou a maçaneta e abriu a janela. Os mesmos movimentos da noite anterior. Desta vez apresentou-se como jovem bem trajado. Ela o esperou sobre a cama chorando:

— Elisa, pelo amor de Deus, disse Antoninho, enlaçando-a nos braços, você prometeu deixar arder aquela vela. Meu repouso na eternidade depende da consumição dessa vela.

— Arderá amanhã, Antoninho, eu prometo por Deus que a acenderei, vai em paz.

— Posso ter esperança, prometes mesmo, Elisa? Seu tom de voz era de súplica intensa. Ela o percebeu e respondeu com ardor:

— Prometo, amanhã acenderei a vela.

Despediu-se e como na primeira noite ele galgou o peitoril da janela e sumiu na escuridão. Ninguém mais o viu, nem Silveira que fora até a janela, nem populares que haviam ido até o potreiro para serem testemunhas do prodígio.

Na manhã seguinte, Elisa chegou-se à casa do capelão, acompanhada dos filhos de Silveira, pediu a chave da capela. Encaminhou-se para a Igreja e lá sobre o altar, num castiçal ardeu a vela da promessa que pôs termo ao rumoroso caso. A chama bruxoleante ardendo até se consumir deu paz aquela alma, que em vida fizera tão inocente promessa. Enquanto a vela ardia, Elisa dirigia ardentes preces pelo descanso eterno de seu amado Antoninho. Nunca mais se ouviu falar dessa alma e encerrou-se o capítulo da estória.

CAPÍTULO VI

Voltemos agora cinco ou seis anos atrás e acompanhemos o jovem jagunço que se apaixonara por aquela juvenzinha do sertão.

Nestor Costa, o jovem jagunço, abandonou a súcia e desapareceu dentro da noite. Por mais que o procurassem jamais o encontraram. Diziam os mais velhos, que algum dia em suas andanças pelo sertão, ele seria encontrado. Alguns juraram vingança, pois consideravam a fuga uma traição.

— Fugiu para nos entregar à polícia, dizia um.

— Andava meio cismado, acabou dando um tiro nos corno, afirmava outro.

— Não morreu, não. O dia que me encontrar com aquele peste, vai vê! Não tava bom aqui cum nós. Que queria mais, Disgracado, me paga, rugia Cabrijo.

— Agora isso foi algum rabo de saia que prendeu o coração do minino. Ele vorta.

— Vorta não, resmungou outro.

Enquanto discutiam, Nestor prosseguia viagem. Varara a noite cavalgando. No dia seguinte chegava a Colônia Vieira. Subiu a serra do Tamanduá e rumou para Curitibaanos. Ali com um caboclo arranjou algo para comer, montou a cavalo novamente e à sombra de uma árvore deitou-se a dormir enquanto o cavalo pastava. Entrou na vila de Curitibaanos e procurou por terras devolutas. Toda sua cisma agora se firmava na montagem de uma estância. Queria e haveria de vencer. Tornar-se-ia respeitado e quando finalmente tivesse o suficiente para apresentar, iria em busca da dona que lhe roubara o coração. Soube que havia terras para o Norte. Saiu bateu campo a fora até chegar ao local indicado. Dois ribeiros tinham confluência ali. O campo se estendia a perder de vista. Grossas araucárias, gigantescas velas rotundas elevavam para os céus suas vastas corolas verde-negras. Olhou tudo aquilo e cismou: Vou ficar por aqui. Parou acendeu um fogo de gravetos e grimpas de pinheiro. Estava falto de tudo. Tinha apenas um facão, um pouco de sal grosso, seu 38 e algumas caixas de balas que surripiara aos colegas do bando.

Como prosseguiria a árdua tarefa de começar sem nada. Estirou os pelegos do lombilho do qual fez um travesseiro e esticou os ossos cansados do longo jornadeio sob a proteção de uma ramagem espessa. O que trouxera de provisão terminara. Devia mesmo começar sem nada. Acostumado a toda sorte de privações, conformou-se e ferrou no sono.

Teve então um sonho que o encheu de coragem. Um sonho que o incitou a derrubar todas as barreiras. Estava a viajar pela sua estância, onde já possuía algumas dezenas de cabeças de gado. Lá nos longes apareceu a silhueta de uma moça perseguida por um cavaleiro. Ficou apreciando o espetáculo. A dama vendo-se perseguida, soltou as rédeas do fogoso corcel. Os cascos do cavalo levantavam núvens de pó. Cada vez mais o cavaleiro se aproximava. Um tiro ecoou e o cavaleiro rolou por terra. O cavalo tomou rumo ignorado. A jovem não se voltou. A toda brida correu para ele. Ao chegar mais perto reconheceu a menina

da carroça, que apeou e veio desvanecer-se em seus braços de apaixonado. Acordou. Seu cavalo, vendo-o de pé nitriu alegremente. Bem agora era preciso comer. Saiu e daí a pouco voltou trazendo um tucano e uma jacutinga. Farinha de milho trouxera da vila. Uma chocolateira e uma vazilha para servir farinha também não esquecera. Como não havia café, preparou mate que abundava naquelas matas. O tucano e a jacutinga após preparados e assados foram devorados com farinha de milho. Estava terminando a refeição, quando chegou um caboclo, que, segundo a praxe, parou a certa distância cumprimentando.

— Bons dias!

— Bons dias! respondeu Nestor, enquanto servia um gole de mate da chocolateira. Está servido? e foi oferecendo do que havia.

Ah! a boa gente da serra. Jamais poderei esquecer a maneira correta e cordial com que tratavam a gente. Eram perigosos é verdade. Caso não se ofendesse uma criatura dessas, tinha-se um amigo para toda a vida. Inexistia entre eles esse egoísmo que faz desprezível qualquer cidadão. Tudo para mim, nada para os outros. Se nós estamos bem todos estão bem. Pois sim!

Na serra hoje pode ser diferente por que o bem não se espalha, enquanto o mal se alastra, contudo naqueles bons tempos, cheios de perigos e peripécias, o povo era bom conquanto não fosse atingido em seus brios. A lei que conheciam era a bala. Por outro lado, precisasse alguém um favor, lá estava o vizinho pronto para atender. Fosse necessário fazer uma viagem, não faltava carroça nem cavalos para realizá-la. Se por acaso uma vaca criasse nos fundos do faxinal, o dono ia buscá-la na mangueira do fazendeiro. Até ali traziam-na os peões por puro companheirismo ou por um trago de cachaça.

O fazendeiro permitia, por amizade, que pessoas da freguesia criassem gado em sua fazenda. Exigia apenas que marcassem o gado com ferro em brasa para evitar confusão. Gado marcado era respeitado. Sem bem que tivessem dentro de si o estigma do banditismo, permitiam, contudo, que se cortasse lenha na fazenda só pelo trabalho de tirar e pagar o frete. Nem precisava ser carroça da fazenda, podia-se alugar a do vizinho mais próximo.

O povo sabia rir. Quando se juntavam aos domingos e o chimarrão corria a roda eram evocados os "causos" (estórias) e riam a bom rir. Havia daqueles que só o modo de falar já fazia rir. Quantas noites nos galpões escutei aquelas façanhas, aquelas narrativas cheias de graça hilariante, ou então, ao som do violão as cantigas apaixonadas dos amores da serra. Sai às vezes, com dor no estômago de tanto rir. Outras vezes ia aterrorizado para a cama, devido aos "causos" de fantasmas que apareciam, "causos" de arrepiar e que faziam a alma tremer dentro do couro de menino.

Hoje a humanidade não ri mais. À ganância, o desejo de conforto tornou o homem egoísta demais, desconfiado e ressabiado. A maioria faz um esgare, um trejeito, rir, como dizem que desopila o fígado, não se ri mais. Lembro com saudades aquelas noitadas. Pilhérias, gostosas gargalhadas. Homens barbados de aspecto senhoril conduziam a "prosa" até alta madrugada. Desses "causos" nasceu o romance.

Mas continuemos a narrativa:

— A pois não!

— Tem por acaso uma irmãzinha dessas, disse mostrando a chocolateira, se não se acanha eu lhe ofereço um gole da guampa.

— Sendo de paz, qualquer cuia é xícara, respondeu o caboclo chegando.

— Se mal pergunto, que anda voismicê fazendo por esses mundos perdidos de Deus?

— Ainda não sei bem, disse Nestor, manhoso, quero começar a vida.

— Apois percisando de alguma ajuda, aqui estão os meus préstimo.

— Olhe, amigo, vou percisá, mermo. Estou disposto a levantá um rancho. No começo vai a cipó e algum prego que truxe, mais tarde quero levantá uma casa de verdade. Vou me apurá. Quero vencê na vida. Tenho uma vontade muito grande e hei de conseguir, Só peço a Deus vida e saúde.

Ao pronunciar o nome de Deus os dois tiraram respeitosamente o chapéu e tornaram a pô-lo na cabeça. Era costume da época todos andarem de chapéu. Sair sem chapéu era próprio de quem andava fugido ou procurado pela polícia. Estando coberto a cabeça e ao pronunciarem o nome de Deus, ou tiravam o chapéu ou tocavam-no, levantando um pouco em sinal de respeito.

— Deus ajuda a quem madruga, falou o caboclo.

— Acho que não é bem ansim, retrucou o jagunço. Deus ajuda a quem trabalha.

— Ou isso. Mais se mal pergunto, donde vem vanmicê.

O jagunço cauteloso não quis trair sua origem e foi dizendo:

— Venho das bandas de Valões e quero fundá aqui uma estância.

— Vancê ouviu falá dos jagunços?

— Ouvi. Não quero conversa com eles, fazem roubalheiras, matam e pintam o sete. Ninguém mais está em segurança com essa gente, por isso estou aqui.

— Vancê ouviu falá do reduto de Santa Maria? É um bom pedaço daqui, se sua estância progredir, vancê pode sê atacado!

Nestor franziu a testa. Pensou um pouco e disse:

— Que importa! A polícia deve dar um jeito nesse banditismo. Ainda temos governo nessa terra...

— Vancê acha?

— Deixemo de lado esses animá dos inferno, vou levantá um rancho pra começá a minha estância.

— Apois se vancê qué eu posso ajudá. Eu moro logo ali ansim.

Esse "logo ali ansim" às vezes eram léguas de viagem, no caso era realmente perto, cerca de três quilômetros.

— Onde vai buscá o gado pra fazenda. Campo há bastante. Gado não vejo. Começá sem nada é duro.

— Isso se arranja, conheço esses mundão de Deus, há gado

selvagem por aí. Depois do ranchinho, quero derrubá um pinheiro, fazer ranchões e levantá uma manguera. Com uns cobrinho que me sobraram compro o sal e vou botá-lo aqui e ali e por meio dele vou trazê o gado mais perto e levá ele pra manguera. Tenho fé em Deus, na minha coragem e fico fiado na minha boa estrela.

Tirando o chapéu o caboclo olhou o seu interlocutor admirado. Estava ali uma idéia que nunca lhe passara pela cabeça e um moço capaz de executá-la, mesmo sem contar com recursos.

— Vais sê uma dura luta. Vancê pode contá cumigo. Sô povre, pai de oito fio, o mais veio já munta cavalo. É disposto a ajudá nos serviço do campo. Nós vamo ajudá a levantá a estância.

— Apois não! talvez a sua amizade seja o meu braço direito. Vou lhe adiantá, dinheiro que é bom não tem.

— Não fais mar. Veve-se. O dinheiro vem adispois.

Horas mais tarde com o machado do caboclo às costas, seguiram os dois para um capão de mato. Ali cortaram varas para levantar a rudimentar casinha coberta de palha.

— Isso não agüenta, alertou o caboclo.

— Sei, replicou Nestor, isso é só pra começá.

— À noite o ranchinho estava pronto para receber cobertura. No outro dia procuraram uma palmeirinha que fornecia folhas para um telhado de emergência. Trabalharam o dia inteiro e trouxeram para casa a palha e as varas que serviriam de sarrafos para ligar a palha. Na noite do terceiro dia o rancho estava coberto. Nestor tecera ainda uma rede de taquaras. Essa seria por muito tempo a cama. A rede era de largo uso na serra. Havia casas, cujas camas eram as redes. Desconheciam camas.

Alimentaram-se ainda duns restos de caça e despediram-se,

Ao se encontrarem pela manhã, decidiram matar uma rês selvagem e ao mesmo tempo espalhar o sal. Encontraram de fato reses, que ao avistá-los fugiram em carreira desabalada com o pendão no ar. Perseguiram-nas até se juntarem numa tropa. Abandonaram os cavalos e a poder de muita astúcia conseguiram chegar-se à distância de um tiro.

Nestor fez pontaria e varou o coração de uma novilha. O resto do bando fugiu. A novilha foi esfolada e levaram o que puderam. A sobra penduraram em galhos de árvore e buscaram mais tarde. Nas imediações espalharam o sal. Sabiam que as reses vinham a esse lugar para lamentar a morte e escavar a terra. Acharam o sal e passaram a reunir-se por ali. Isso era bom sinal.

(Continua no próximo número)

Movimento do MUSEU durante o mês de Fevereiro de 1976

Publico pagante 950 pessoas

14 Excursões com 320 participantes.

350 Participantes da Colônia de Férias da Marinha de Itajaí.

20 Professores do Estado que participaram do Curso de Aperfeiçoamento na FURB.

CAIXA POSTAL

FAUSTO PIRES DE OLIVEIRA — São Simão - SP — Agradecemos penhorados a remessa de seu livro "ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DE SÃO SIMÃO". Já lhe enviamos "Blumenau em Cadernos" e a "História de Rio dos Cedros".

Dr. OSWALDO R. CABRAL — Florianópolis - SC — Agradecemos sua grata missiva, dizeres da mesma muito nos sensibilizou. Aguardaremos nova colaboração sempre bem aceita nossos leitores.

HERMANN BLUMENAU — Charlottenburg - Alemanha — Recebemos sua grata missiva e agradecemos suas informações. Iremos pesquisar a bem da verdade histórica.

Dr. HERBERT KOCH — 2 Wedel (Holst.) - Alemanha — Nada há para agradecer, a finalidade de "BLUMENAU EM CADERNOS" é a difusão da história; não visamos lucro. Graças ao generoso auxílio que nos tem sido prestado por amigos e firmas comerciais e industriais, podemos manter a revista como vem sendo feita.

ASSOCIAZIONE "TRENTINI NEL MONDO" — Trento — Itália — Continuaremos mantendo permuta. Notícias, nos interessam muito. "CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS" — Lisboa - Portugal — Remetemos pelo correio números faltantes.

MESSIAS CARRERA — São Paulo — Seu pedido números atrasados já foi atendido com falta do número de Novembro 1973 que se acha esgotado.

JOSÉ CATARINO DOS SANTOS — Rio de Janeiro — Importância já foi recebida. Recibo seguiu via postal. Gratos.

Pe. RAULINO REITZ — Itapema - S. C. — Agradecemos penhorados sua colaboração. Publicaremos no próximo número.

BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina
Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS

Direção: F. C. Allende

Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 25,00

Número avulso Cr\$ 3,00 -- Atrasado Cr\$ 5,00

Assinatura para o exterior, Cr\$ 50,00 anuais

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89.100 BLUMENAU — Santa Catarina — BRASIL

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/7

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89100 B L U M E N A U

Santa Catarina

Instituição de fins exclusivamente culturais

São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;

Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;

Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;

Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações

A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"

Arquivo Histórico

Museu da Família Colonial

Horto Florestal "Edite Gaertner"

Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"

Tipografia e Encadernação

(exclusivamente para serviços internos)

Conselho Curador: *Hercílio Deeke* - presidente

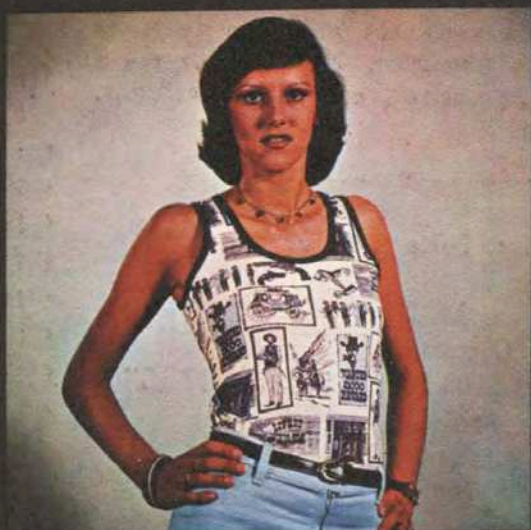
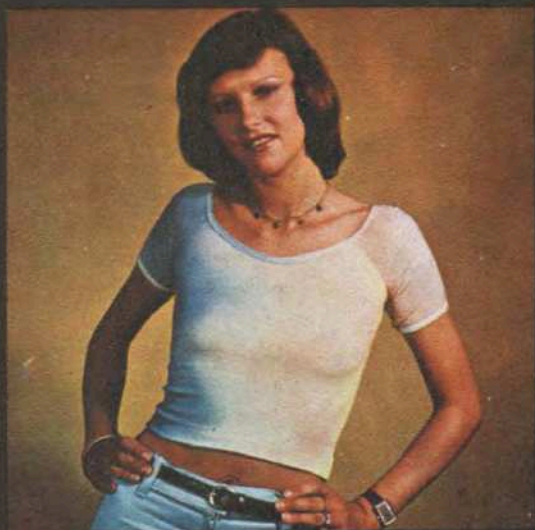
Edison Mueller - vice-presidente

Membros: *Flimar Baumgarten* — *Christiana Deeke Barreto* —

Isolde Hering d'Amaral — *Rolf Ehlke* — *Nelo Osti*

Diretor Executivo: *Federico Carlos Allende*

HERING NO ANO TODO



As Malhas Hering são coloridas e alegres como a primavera. Flexíveis, leves e macias, dão liberdade de movimentos no verão...

Cortes perfeitos, em todos os tamanhos, afastam o tédio e a tristeza dos dias outonais...

De puro algodão com fio

penteados, aquecem carinhosamente no inverno.

Passo o ano todo com Malhas Hering...

 **malhas Hering**
A malha jovem.

